

RE no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.588 - SP (2018/0244545-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : **FLAVIA JOSE FELISBINO FONTES**
RECORRENTE : **SERGIO FONTES**
ADVOGADOS : **JOSÉ XAVIER MARQUES - SP053722**
 ÁLVARO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR - SP206388
 LUCAS ALTHEMAN DE CARVALHO E OUTRO(S) -
 SP383974
 KAIKE CAIO DE SOUZA GARCIA - SP340098
 RAUL TRINDADE SOUZA - SP387165
RECORRIDO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **ILSANDRA DOS SANTOS LIMA - SP117065**
 ORLANDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR E OUTRO(S) -
 SP028445
INTERES. : **EDILSON DE POLITO**
INTERES. : **EDSON JOSE DE POLITO**
INTERES. : **PAULA MIASATO DE POLITO**
INTERES. : **ANA SALETE HIPOLITO**

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO
CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO
EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA
SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por FLÁVIA JOSE FELISBINO FONTES e SÉRGIO FONTES, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro MOURA RIBEIRO, assim ementada:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO". (fls. 985/989)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 994/1.008), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que teria havido ofensa ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, ao argumento de contrariedade aos princípios da ampla defesa, do contraditório, do acesso ao poder judiciário e ao duplo grau de jurisdição, na medida em que teria impugnado todos os fundamentos da decisão recorrida.

Não houve apresentação de contrarrazões. (fl. 1.015)

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do agravo interno/regimental para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de esgotamento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC 14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

